

## MEMÓRIA E ENSINO DE GEOGRAFIA POLÍTICA NA CASA DO IDOSO DE IMPERATRIZ – MA

*Memory and teaching of Political Geography in the House of the Elderly of Imperatriz – MA*

*Memoria y enseñanza de la geografía política en la casa de los ancianos en Imperatriz – MA*

**Diego Armando de Sousa Paz<sup>1</sup>**  
**Fernanda Ferreira Silva Sanches<sup>2</sup>**  
**Allison Bezerra Oliveira<sup>3</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho apresenta os resultados obtidos em extensão universitária desenvolvida sobre o ensino de Geografia Política para idosos, na Casa do Idoso Feliz, no município de Imperatriz, estado do Maranhão. Considerando o papel do idoso no processo democrático brasileiro, questiona-se qual é o nível de compreensão dos idosos sobre política. Em termos metodológicos, utilizou-se questionários abertos como instrumento de coleta de informações junto à população pesquisada. A partir dos dados coletados, construiu-se gráficos e realizou-se oficinas sobre temas ligados à Geografia Política; também se construiu um acervo fotográfico. Os resultados encontrados sugerem que embora haja expressiva participação de idosos nos processos eleitorais, é superficial a compreensão de conceitos fundamentais acerca da política e de seus impactos na vida cotidiana.

**Palavras-chave:** Geografia Política; Idoso; Imperatriz.

**Abstract:** The present work presents the results obtained in a university extension developed on the teaching of Political Geography for the elderly, in the Casa do Idoso Feliz, in the municipality of Imperatriz, state of Maranhão. Considering the role of the elderly in the Brazilian democratic process, the level of understanding of the elderly about politics is questioned. In methodological terms, open questionnaires were used as an instrument for collecting information from the researched population. From the data collected, graphs were constructed and workshops were held on topics related to Political Geography; a photographic collection was also built. The results suggest that although there is an expressive participation of the elderly in the electoral processes, it is superficial the understanding of fundamental concepts about politics and its impacts on daily life

**Keywords:** Political Geography, Elderly, Imperatriz.

**Resumen:** El presente trabajo presenta los resultados obtenidos en una extensión universitaria desarrollada sobre la enseñanza de la geografía política para personas mayores, en la Casa do Idoso Feliz,

<sup>1</sup> Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), bolsista de Extensão, Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA – GPS, Imperatriz, Maranhão, Brasil. d.armando146@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), bolsista de Extensão, Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA – GPS, Imperatriz, Maranhão, Brasil. nanda.sandes21@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Prof. Adjunto do curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA – GPS, Imperatriz, Maranhão, Brasil. allisonbzz@gmail.com

en el municipio de Imperatriz, estado de Maranhão. Teniendo en cuenta el papel de los ancianos en el proceso democrático brasileño, se cuestiona el nivel de comprensión de los ancianos sobre la política. En términos metodológicos, los cuestionarios abiertos se utilizaron como un instrumento para recopilar información de la población investigada. A partir de los datos recopilados, se construyeron gráficos y se realizaron talleres sobre temas relacionados con la geografía política; También se construyó una colección fotográfica. Los resultados sugieren que aunque existe una participación expresiva de los ancianos en los procesos electorales, es superficial la comprensión de conceptos fundamentales sobre la política y sus impactos en la vida diaria.

**Palabras clave:** Geografía política; Ancianos; Imperatriz.

---

## INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil vem percorrendo um longo caminho na busca da plena promoção dos direitos dos idosos, e mesmo com os avanços na seguridade social proporcionados pela Constituição Federal de 1988, ainda resta muito a ser feito, sobretudo em relação aos idosos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e familiar. Dessa forma, há que se pensar em questões cotidianas que contribuem para a garantia da dignidade da pessoa humana como um direito do idoso: a educação política é uma dessas questões.

Nesse sentido, a Política Nacional do Idoso - PNI (Lei nº 8.842/1994), já no art. 1º, apresenta sua finalidade: assegurar os direitos sociais do idoso e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Em consonância com essa lei, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) visa garantir especificamente os direitos fundamentais da pessoa idosa, principalmente no que se refere às suas condições de saúde, dignidade e bem-estar. No que diz respeito à educação, o Estatuto assegura que se trata de um direito do idoso e ressalta no art. 10, inciso III, alínea “a”, que se deve adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso.

Assim, no intuito de promover a inclusão, minimizar a discriminação e desenvolver atividades no âmbito dos direitos dos idosos, o Decreto nº 1.948/1996, que regulamenta a Política Nacional do Idoso, em seu art. 4º, prevê os tipos de atendimento em modalidade não-asilar: dentre eles, os centros de convivência. Estes, segundo a legislação, são locais destinados à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania.

Um exemplo de centro de convivência é a Casa do Idoso Feliz, localizada no município de Imperatriz, no estado do Maranhão. Desde sua gênese, o local tem o objetivo de contribuir para o processo de desenvolvimento saudável das pessoas na terceira idade, assim como também possibilitar o acesso a sistemas públicos que venham a melhorar a vida dos idosos. Dentre as

inúmeras atividades disponíveis nessas instituições, a educação é uma das mais importantes, pois contribui para o desenvolvimento da autonomia nas diversas esferas da vida cotidiana do idoso.

Nesse contexto, apresenta-se a Geografia como ciência crítica e cidadã que tem papel fundamental no processo de educação à medida que permite compreender conceitos da área de modo interdisciplinar e transversal com outras áreas do conhecimento. Partindo dessa perspectiva, o ensino de Geografia Política constitui-se como ferramenta essencial para uma análise crítica da sociedade e do ambiente na qual está inserida.

Portanto, o objetivo do presente artigo é apresentar os resultados obtidos em extensão universitária desenvolvida sobre o ensino de Geografia Política para idosos, na Casa do Idoso Feliz, no município de Imperatriz. Considerando o papel do idoso no processo democrático brasileiro, questiona-se: qual seu nível de compreensão sobre política?

Além desta introdução, da seção de metodologia e das considerações finais, este trabalho estrutura-se também nas seguintes seções teóricas: a primeira, *Casa do Idoso e a educação na terceira idade*, que apresenta dados referente à Casa do Idoso Feliz, legislação prevista para os idosos e o que a lei destaca sobre o direito deles à educação; e a segunda, *Memória política e o ensino de Geografia Política*, que aborda conceitos de política e democracia relacionando-os com o papel da memória política no ensino de Geografia Política. Por último, em *Resultados e discussões*, são apresentados os resultados obtidos na pesquisa e discutidos à luz da literatura que embasa o trabalho.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Esta pesquisa tem caráter quali-quantitativo, teve como universo os idosos atendidos pela Casa do Idoso Feliz, do município de Imperatriz, estado do Maranhão, para os quais foi oferecido o ensino de Geografia Política. A pesquisa foi dividida em três momentos: a) o primeiro, exploratório, compreendeu a observação do *lôcus* de ação educativa e sua rotina, bem como o público atendido; b) o segundo, o desenvolvimento de atividades propriamente ditas: aplicação de questionário simples sobre particularidades socioeconômicas dos idosos, desenvolvimento de oficinas de aulas com temas previamente definidos e, por fim, aplicação de atividades de fixação; e c) o terceiro incluiu a compilação dos resultados, a partir da análise e sistematização das atividades respondidas, das quais se extraíram dados e informações, além do acervo fotográfico.

Dentre os participantes da pesquisa, 133 pessoas responderam os questionários e 150 participaram das oficinas de ensino de Geografia Política. Os temas abordados nas aulas foram o “ser político”, sistema político brasileiro, Estado, formas de governo e democracia; questões pertinentes a essas temáticas foram debatidas pelos idosos participantes.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Casa do idoso e a educação na terceira idade

Os centros de convivência denominados Casa do Idoso, no formato como atualmente se conhece no país, são instrumentos assistenciais relativamente novos. Fruto de importante política social voltada para a terceira idade, esse tipo de centro define-se como “local destinado à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania” (BRASIL, 1996, *online*). Tal instrumento é resultado de avanços nos debates mundiais e nacionais acerca da importância de se manter a dignidade da pessoa na terceira idade, a exemplo da Constituição Federal de 1988, que destaca os deveres do Estado para com os idosos, incluindo os programas de atendimento.

No caso específico da Casa do Idoso Feliz, localizada em Imperatriz, trata-se de um centro de convivência criado em 1994, com o objetivo de realizar atividades lúdicas que venham a contribuir para o processo de desenvolvimento saudável das pessoas na terceira idade, além de fornecer assistência a serviços públicos a que os idosos tenham direito. É gerida pela administração pública municipal e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES).

A instituição desenvolve atividades na área de saúde, educação, lazer e assistência social, em conformidade com o que preconiza o Estatuto do Idoso, segundo o qual:

Art. 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003, *online*).

Nesse contexto, a Casa do Idoso Feliz atende pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e promove seu acesso a serviços e programas públicos das áreas já mencionadas. As atividades desenvolvidas no local amparam-se nas determinações do Estatuto do Idoso e nas transformações no campo da assistência social advindas da Constituição Federal de 1988. Dentre os programas desenvolvidos na Casa do Idoso, um dos principais focos é assegurar o direito do idoso à saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelece o estatuto:

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos. (BRASIL, 2003, *online*).

No que se refere a educação, cultura, esporte e lazer, a legislação é bem específica em relação aos direitos dos idosos. Segundo o art. 20 do Estatuto: “o idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar

condição de idade” (BRASIL, 2003, *online*). Logo, o objetivo é promover melhores condicionantes de vida tais como a valorização da autoestima, o fortalecimento de vínculos familiares e o acesso aos direitos básicos previstos no estatuto. Além dessas ações, a Casa do Idoso Feliz desenvolve outras, quais sejam: alimentação, dança, música, teatro etc., contando para isso com uma equipe multidisciplinar formada por pedagogos, educadores físicos, psicólogos, enfermeiros, terapeuta ocupacional, assistente social e médico.

Quanto à educação na terceira idade, amplamente preconizada pelo estatuto, este, em seu art. 21, destaca que o “poder público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados” (BRASIL, 2003, *online*). Nesse sentido, deve-se pensar ações nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. A Casa do Idoso Feliz é resultado de ações dessas três esferas sob gestão municipal.

Ações dessa natureza são primordiais, na medida em que os idosos, principalmente aqueles que vivem em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, são colocados à margem dos aspectos fundamentais da sociedade, como a família e os direitos básicos. Conforme evidencia Oliveira, R. (1999, p. 71), “a sociedade coloca o velho em uma situação típica de marginalização social, na proporção em que ergue contra ele inúmeras barreiras sociais e desenvolve atitudes de preconceito e discriminação social”. No seio desse problema, compreende-se a educação como uma das principais ferramentas para inclusão do idoso na sociedade devido à autonomia que ela lhe permite desenvolver.

De acordo com o art. 25 do Estatuto do Idoso, “o poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual” (BRASIL, 2003, *online*). Dessa maneira, o poder público tem o dever de criar uma universidade aberta para a terceira idade no intuito de dar aos idosos acesso à educação, assim ofertando a eles qualidade de vida e oportunidade de desenvolvimento intelectual. Além disso, a legislação incentiva que as publicações produzidas para o idoso considerem suas necessidades de conteúdo e forma. Nessa perspectiva, Oliveira, R., Scortegagna e Oliveira, F. (2011, p. 90) afirmam que

[...] tão fundamental quanto à cidadania, é o direito pela educação, pois não se alcançará a cidadania sem que haja conhecimento pleno deste direito. Logo, pensar a educação para a terceira idade, é pensar mais que uma ocupação para o idoso, é permitir uma ação intencional e intencional para que este sujeito se perceba, entenda seu entorno social, político e econômico, como também não seja ludibriado ou tenha seus direitos negligenciados.

Neste contexto de debilidades e potencialidades, a Geografia, como ciência crítica e cidadã, apresenta-se como importante instrumento educacional e emancipatório na medida em que compartilha conhecimentos de diversas áreas da vida do idoso. Assim, o ensino de Geografia Política

contribui para a emancipação dos idosos, uma vez que lhes permite conhecer e pensar criticamente sobre o “ser político” e a geograficidade das atividades políticas, sobretudo na terceira idade.

### **Memória política e o ensino de geografia política**

O geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) foi o grande fundador da Geografia Política, lançando, em 1897, as bases conceituais e teóricas da área em sua obra homônima. Em 1902, lançou a segunda edição, acrescentando-lhe um subtítulo, “Geografia Política: uma geografia dos Estados, do comércio e da guerra”. O autor explica a indissociável relação entre a política e o espaço, de onde decorre a importância dos estudos que ele inicia:

Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constituiu-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido de vista com frequência a importância do fator espacial, da situação, etc., considera-se, entretanto, como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo. Abstrai-lo numa teoria do Estado é uma tentativa vã que nunca pôde ter êxito senão de modo passageiro. (RATZEL, 1983, p. 93).

Dessa maneira, as relações entre a política e a geografia constituem um importante campo da ciência geográfica: a Geografia Política. De acordo com Castro (2005, p. 17), esta “pode ser compreendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da Geografia com a política e vice-versa”. Um de seus focos é analisar como os fenômenos políticos desdobram-se no âmbito das relações sociais.

Nesse sentido, segundo Font e Rufi (2006), além dessas reflexões mais gerais, Ratzel entra mais precisamente em uma geografia política pragmática, tentando dar cobertura científica ao comportamento territorial do Estado. Em “Geografia Política”, de 1897, ele detalhe e explica questões como: o Estado e o mar; localização e expansão dos Estados; fronteira, demografia e o potencial dos Estados; e imigrações. Ressalta a relação do Estado com o território ao afirmar que homem e Estado dependem do solo terrestre. “Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana e, ao mesmo tempo, uma superfície terrestre (RATZEL, 1987, p. 60)”.

A obra de Ratzel abre a discussão e a construção em torno do conceito de território, sobretudo por este ser claramente fruto de uma ação política. Assim, a Geografia Política estabelece uma relação com a cidadania, o pertencimento e o território – estes, também intrinsecamente relacionados. Gottmann (2012, p. 523) define território como a coincidência entre um espaço geográfico e uma jurisdição de governo. “Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia.”

A política consiste em tomar decisões e fixar regras destinadas a todos, ao espaço público e ao bem comum, assim, independentemente da condição, status, cargo, formação ou origem, deve buscar a legitimação de seus atos. Nessa perspectiva, é o meio mais eficaz para organizar a vida em sociedade e garantir o respeito aos direitos humanos. O ser humano pratica política em seu cotidiano, seja na administração do orçamento doméstico, na mediação de conflitos familiares ou na forma de se relacionar com os vizinhos, logo, política não diz respeito apenas ao exercício do poder público. Queiroz (2012, p. 9) pontua que

é também pela via política que o povo escolhe seus representantes, tanto aqueles que, em seu nome, vão administrar as coisas públicas e governar – ou executar as políticas ou prioridades, de cujas escolhas a sociedade pode participar com mais ou menos intensidade – quanto aqueles que vão fazer as leis, acompanhar e fiscalizar os governos.

Dessa forma, em democracias representativas, como o Brasil, o povo escolhe seus representantes dos Poderes Executivo e Legislativo. Nesse viés, a escolha do Executivo é fundamental para a gestão econômica e social de um país, assim como a escolha dos representantes do Legislativo é de suma importância para a criação das leis que irão entrar em vigor. Queiroz (2012) explica como se dá a participação popular nas democracias representativas e participativas:

Democracia é o regime político participativo que tem como pressuposto a liberdade e a igualdade política. Nela o cidadão tem o poder de tomar decisões políticas, indiretamente, por meio dos seus representantes, eleitos pelo voto (universal e secreto), ou diretamente, por intermédio de plebiscito (povo consultado antes da aprovação da lei), de referendo (povo consultado após aprovação da lei) e de iniciativa popular (propor projeto de lei). (QUEIROZ, 2012, p. 13).

A ideia de participação no campo da política foi bastante revitalizada no Brasil após o jejum democrático imposto pela Ditadura Militar e recebeu, ainda, um forte impulso do avanço da modernidade ou do salto pós-moderno, segundo alguns autores, que se acelerou no final do século XX (ROZENDO; JUSTO; CORREA, 2010). Nesse mesmo sentido, Simões (2007) afirma que os idosos vêm ocupando um papel importante no contexto político do Brasil redemocratizado e ressalta importantes participações, como o movimento dos aposentados e pensionistas, que culminou em um famoso episódio de protagonismo da população idosa.

Santos *et al* (2010, p. 14) afirmam “que a democracia e a memória política não são resultados de um processo histórico linear, singular e acabado, com início, meio e fim, mas sim uma construção social e política sem fim, a ser constantemente aprimorada, que envolve múltiplos atores políticos e sociais”. Portanto, tanto a democracia quanto a memória política são objetos dinâmicos e sempre em processo de aperfeiçoamento. Nesse sentido, Ansara (2005, p. 40) destaca

a importância de estabelecer a relação entre memória coletiva e consciência política, procurando perceber em que medida o que é lembrado reflete a consciência política de lideranças sindicais, lideranças comunitárias ou jovens com vivências em contextos históricos diferentes e/ou em que medida a consciência política destas pessoas oferece elementos para a construção de uma memória política.

Observa-se, pois, que a memória coletiva é um processo caracterizado pelo compartilhamento de um mesmo evento histórico vivenciado por diversas pessoas, reverberando na criação de uma consciência política. Dessa relação surgem elementos para a construção de uma memória política, fruto de uma construção espacial. Nesse contexto insere-se a Geografia Política, definida por Castro (2005, p. 17) como “um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa”. A autora explica que os conhecimentos produzidos nessa área resultam “da interpretação dos fatos políticos, em diferentes momentos e em diferentes escalas, com suporte numa reflexão teórico-conceitual desenvolvida na própria geografia ou em outros campos como a ciência política, sociologia, antropologia, relações internacionais etc.” (CASTRO, 2005, p. 17).

A Geografia Política abre espaço para se falar de fatos políticos, que, por sua vez impactam sobremaneira na vida de todos os indivíduos. Temas como reforma trabalhista, reforma política, corrupção, representatividade, democracia representativa e sistemas políticos são, nesse sentido, muito pertinentes à disciplina. Por isso se considera que a área pode contribuir para o desenvolvimento da cidadania dos idosos. Gordon e Wooldridge (1967) contextualizam esse campo da Geografia, que, de acordo com eles,

[...] diz respeito às relações existentes entre os fenômenos geográficos e políticos, e decorre do fato de que os Estados, em sua condição de comunidades politicamente organizadas, hão de inevitavelmente possuir base e localização geográficas. A natureza dessa relação permaneceu, durante largo tempo, antes pressentida do que realmente compreendida, sendo objeto de amplas generalizações, tais como a de Montesquieu, segundo as quais as formas de Governo e as instituições políticas seriam o resultado de fatores climáticos diferenciados. Foi somente com o advento da Geografia de caráter científico que o estudo atento de países específicos e de certos problemas políticos logrou ser realizado de maneira proveitosa, sendo, então, proporcionada útil contribuição à Geografia. (GORDON; WOOLDRIDGE, 1967, p. 128).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2017, p. 77). Portanto, a cidadania constitui-se também como um dos grandes objetivos da educação no nosso país. Nessa lógica, enquanto disciplina, a Geografia Política também está imbuída do objetivo de formar o cidadão.

Indo na mesma direção, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) destacam a importância de se ensinar uma Geografia que contribua para o desenvolvimento do

pensamento crítico e que permita aos alunos se perceberem como atores que agem individual e coletivamente na construção de paisagens e lugares, entendendo-se como parte do espaço geográfico. Por isso,

os eixos temáticos e suas interações interdisciplinares com os temas transversais e demais áreas foram propostos com o objetivo de auxiliar o professor a ensinar uma Geografia em que os alunos possam realizar uma leitura da realidade de forma não fragmentada, para que seus estudos tenham um sentido e significado no seu cotidiano, e no qual a sua vida no lugar possa ser compreendida interagindo com as pluralidades dos lugares, num processo de globalização, fortalecendo o espírito de solidariedade como cidadão do mundo. (BRASIL, 1998, p. 61-62).

O documento ainda pontua que uma das grandes contribuições das novas correntes fenomenológicas da Geografia foi buscar explicar e compreender o espaço geográfico não somente como produto de forças econômicas ou de formas de adaptação entre o homem e a natureza, mas também como produto de fatores culturais. Logo, o desafio do ensino de Geografia no mundo atual é formar alunos capazes de decidir sobre o que os afeta, e com a política não seria diferente.

Com esses avanços no que diz respeito ao ensino de Geografia e Geografia Política, vale ressaltar os seguintes questionamentos: a Geografia Política é importante na formação do cidadão? Qual sua contribuição no cotidiano dos idosos? Essas questões vão ao encontro da necessidade de resgatar a memória política dos idosos, para o que contribui o ensino da Geografia Política.

Em vista disso, a Geografia Política tem o papel fundamental na compreensão dos fatos políticos, sociais e econômicos do Brasil e do mundo. Pode também auxiliar nas lutas pelos direitos individuais e coletivos, subsidiar a escolha crítica de representantes no regime democrático, enfim, apoiar os indivíduos – no caso deste estudo, os idosos – a exercerem a cidadania. Aqui vale destacar o conceito de cidadão, que, para Dallari (1984), é mal definido, ambíguo e usado em diferentes sentidos. Enquanto alguns o utilizam com o intuito de “eliminar diferenças entre os seres humanos, ou seja, como expressão de igualdade. Todos são cidadãos, portanto, todos são iguais. Outros, porém, lhe dão significação mais restrita. Consideram cidadãos aqueles que têm responsabilidades públicas, inclusive o direito de participar de decisões políticas” (DALLARI, 1984, p. 61).

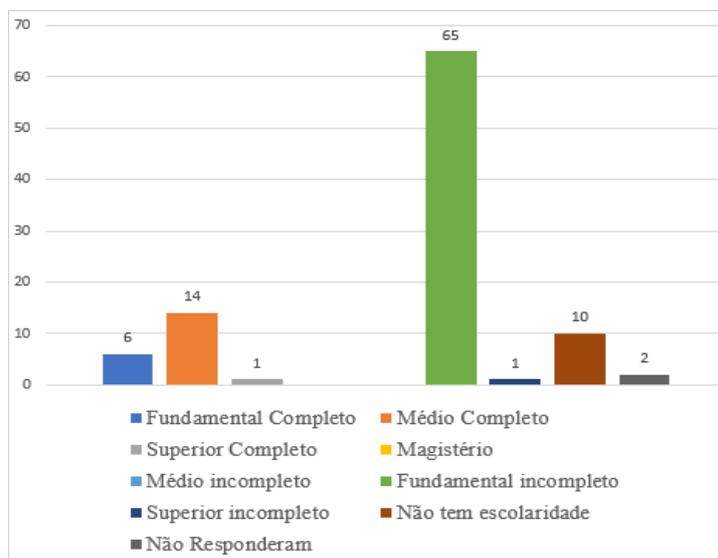
Diante disso, com o objetivo de despertar a memória e assim a criticidade dos idosos da Casa do Idoso Feliz, como também contribuir para a formação e consolidação da cidadania, propôs-se o aprendizado de temas da Geografia Política por meio de soluções alternativas, como debates, assim, auxiliando os idosos a entender as temáticas abordadas.

## O ensino de geografia política para idosos

Uma das principais questões em torno da alfabetização política ou da compreensão do funcionamento político do país está vinculada à formação inicial da pessoa. O conceito de pessoa alfabetizada, no Brasil, ainda deixa muito a desejar, tanto o conceito instituído pelo Estado quanto o do senso comum. Usualmente, associa-se alfabetização a “saber ler”, o que não necessariamente implica qualidade de interpretação e conexão com a realidade. Desta forma, a primeira parte da pesquisa visou compreender o nível de escolaridade do público-alvo (Gráfico 1).

No gráfico observa-se que a grande maioria dos idosos, 65%, tem apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto 14% deles têm o ensino médio completo. Contudo, quando perguntados sobre seu nível de alfabetização e compreensão de textos mais complexos, 80% deles consideram ter dificuldades de interpretação e até mesmo de escrita, podendo ser enquadrados como analfabetos funcionais. Em vista de tal particularidade, são ofertadas atividades educativas na Casa do Idoso Feliz.

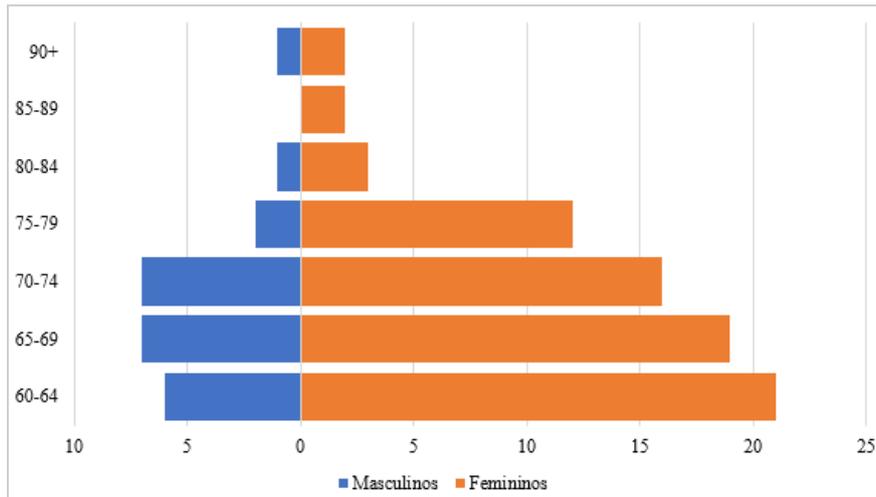
**Gráfico 1** - Nível de escolaridade da população pesquisada



**Fonte:** Os autores (2019)

Em relação à idade dos entrevistados (Gráfico 2), há um percentual de 54% de idosos com idade entre 60 e 69 anos e de 46% de idosos entre 70 e 90 anos. Muito embora todos tenham afirmado que votaram nas últimas eleições, é importante frisar que, conforme prevê a Constituição Federal (art. 14, parágrafo 1º), o voto é obrigatório para os cidadãos alfabetizados maiores de 18 anos e menores de 70 anos. No entanto, é facultado para os jovens a partir de 16 anos e para os idosos acima de 70 anos.

**Gráfico 2** - Pirâmide etária da Casa do Idoso Feliz



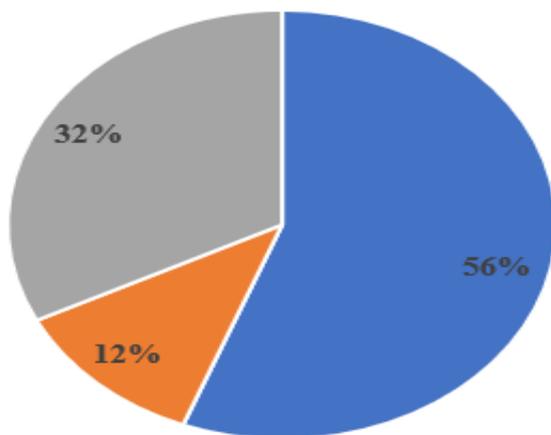
**Fonte:** Os autores (2019)

A relação entre uma real alfabetização e o voto cria, no Brasil, historicamente, uma discrepância - nas mais diversas faixas etárias - na análise da política e, como consequência, a compreensão de como funcionam os três Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em suas esferas de ação. Embora com a difusão cada vez maior das tecnologias de informação, processamento e comunicação que fazem com que tenha havido uma participação mais ativa da população no debate político no país nos últimos anos, quando se busca verificar o nível de compreensão sobre democracia ou política, do ponto de vista conceitual (Gráficos 3 e 4), os resultados não acompanham essa tendência, mostrando-se mais alinhados com os níveis de escolaridade dos pesquisados.

O Gráfico<sup>4</sup> 3 mostra a análise a respeito do entendimento da política na percepção dos idosos, concluindo que 32% deles afirmaram que política é algo referente à escolha dos representantes do Estado; 12% disseram que política é apenas a prática de corrupção; e 56% deles afirmaram não ter nenhuma compreensão a respeito de política. Do ponto de vista conceitual, há, portanto, pouco entendimento acerca dos temas, dando lugar, no imaginário dos idosos, a análises vagas e de senso comum.

<sup>4</sup> A organização dos questionários – em sua maioria abertos - foi feita a partir de similaridade das respostas. Portanto, as respostas apresentadas nos gráficos representam as principais compreensões apresentadas pelos idosos entrevistados.

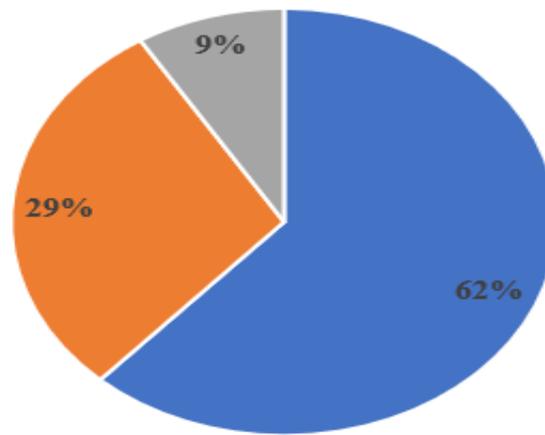
**Gráfico 3** - Sobre a compreensão quanto à política



- Não compreender nada sobre política.
- Apenas corrupção.
- Política é o direito de escolher os representantes que irão governar o país.

**Fonte:** Os autores (2019)

**Gráfico 4** - Quanto ao entendimento acerca da democracia



- Não saber o que significa democracia.
- Democracia é o direito de escolher os representantes que irão governar o país.
- É o direito de ir e vir se manifestar e votar.

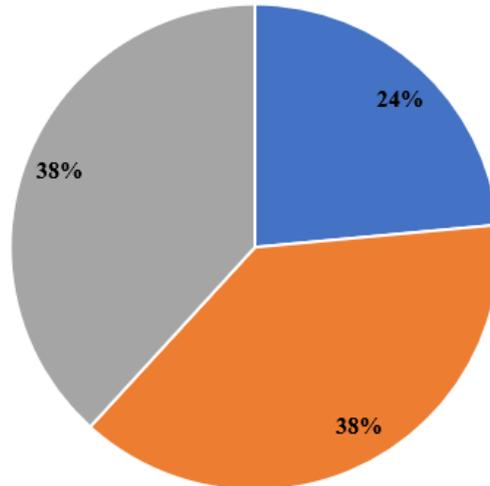
**Fonte:** Os autores (2019)

A debilidade de compreensão sobre política e o papel da democracia vem acompanhada de aversão ao “ser político”, corriqueiramente confundido com a política partidária exercida pelos partidos e os seus representantes políticos eleitos. O “ser político”, assim, é, no imaginário popular do idoso, sinônimo de condutas negativas, e não parte do “ser” humano na sociedade.

Nessa linha de raciocínio, compreendendo os atuais processos em curso na política brasileira, considerando os papéis do presidente e a quantidade de notícias falsas que moldam contornos e resultados políticos, questionou-se (Gráficos 5 e 6) os idosos quanto ao que esperam do atual presidente e da sua política de governo e sobre a importância da política no desenvolvimento do país. À primeira questão (Gráfico 5), observa-se que 65% afirmaram esperar um bom governo, mas estão temerosos do que irá encontrar pela frente em relação ao atual presidente; já 29% afirmaram que ainda é muito cedo para falar sobre o atual momento político; e 6% disseram ter preferência pelo governo anterior.



**Gráfico 7** - Quanto à compreensão da atual política de governo e da anterior



- Preferência pelo modelo de gestão dos governos anteriores.
- Espera-se que seja melhor que o antigo, no entanto já mudou muito.
- Não houveram muitas mudanças.

**Fonte:** Os autores (2019)

Em vistas de tais resultados, partiu-se para o desenvolvimento de oficinas temáticas sobre Geografia Política compreendendo debates sobre o “ser político”, sistema político brasileiro, Estado, formas de governo e democracia. Afora as debilidades de compreensão encontradas no percurso, as atividades tiveram, além das aulas expositivas dialogadas, também atividades de fixação com estudantes bolsistas de extensão do curso de Geografia.

**Figura 1** - Atividades de ensino na Casa do Idoso Feliz



**Fonte:** Os autores (2019)

Assim, no segundo momento, o desenvolvimento de atividades propriamente ditas, foram aplicados dois questionários, em momentos distintos, pautados em discussão e diálogo relacionados a

assuntos do cotidiano dos idosos. O primeiro buscou analisar o perfil socioeconômico dos participantes (sexo, idade e grau de escolaridade); o segundo buscou descobrir qual relação entre o grau de escolaridade e a percepção da política atual e atuação nela, a fim dialogar sobre política, governo e democracia.

Além dos questionários, houve uma interação com os idosos através de palestras e debates em forma de rodas de conversas, onde foi observado que além de terem grandes limitações conceituais sobre o tema, também apresentam divergências de opinião em relação à política no âmbito da gestão governamental, demonstrando, dessa forma, preferências por governos e partidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos a partir da pesquisa direta e das atividades desenvolvidas na Casa do Idoso Feliz nos sugerem que, apesar do índice de analfabetismo ser consideravelmente baixo entre os idosos entrevistados, existe significativa limitação na compreensão de conceitos básicos relacionados à Geografia Política. Reflexo de educação precária e de índices que consideram apenas o “saber ler e escrever” como alfabetismo, revelam debilidades que impactam em outras esferas da vida educacional do idoso.

Há também profunda debilidade no entendimento sobre o sistema político brasileiro, além de pouca memória acerca dos processos políticos anteriores e em curso. As ações desenvolvidas para discutir essas questões se mostraram profícuas na medida em que permitiram o exercício de atividades de fixação e de ativação da memória em face de aspectos políticos do cotidiano do idoso. Por fim, cabe ressaltar que o distanciamento entre a memória política e o exercício da cidadania pode ser diminuído por meio do ensino de Geografia Política, considerando as limitações, contextos e adversidades do público-alvo.

## REFERÊNCIAS

ANSARA, S. **Memória política da ditadura militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica**. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 52. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996**. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1948.htm). Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm). Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2019.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DALLARI, D. A. Ser cidadão. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 61-64, set. 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/v1n2/a14v1n2.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

FONT, J. N. R.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização.** 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

GORDON E.; WOOLDRIDGE, S. W. **Espírito e propósitos da Geografia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012. Disponível em: [http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/2012v2n3\\_Gottmann](http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/2012v2n3_Gottmann). Acesso em: 5 jul. 2019.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **O envelhecimento e a velhice: teorias, demografia e política.** Curitiba: CRV, 2011.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis.** São Paulo: Paulinas, 1999.

QUEIROZ, A. A. **Noções de política e cidadania no Brasil.** Brasília: DIAP, 2012. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/68-noco-es-de-politica-e-cidadania-no-brasil/366-noco-es-de-politica-e-cidadania-no-brasil>. Acesso em: 5 jul. 2019.

RATZEL, F. **La géographie politique.** Paris: Fayard, 1987.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 2, p. 93-101, 1983. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081/50802>. Acesso em 5 jul. 2019.

ROZENDO, A. S.; JUSTO, J. S.; CORREA, M. R. Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 35-52, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/4857/3438>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SANTOS, B. S. *et al* (org.) **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal.** Brasília: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Portugal: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2010.

SIMÕES, J. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. *In*: BARROS, M. (org.) **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 13-34.